

CEM

CADERNO DE EXERCÍCIOS MASTER

Direito Civil

Direitos da Personalidade

Período 2010 - 2016

1) ESAF - Analista de Finanças e Controle - CGU (2012)

Quanto à pessoa natural, personalidade, capacidade e direitos da personalidade, é correto afirmar que

- a) a menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil, cessando a incapacidade, para os menores que estiverem cursando o nível superior.
- b) denomina-se comoriência a presunção simultânea de morte, se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum precedeu aos outros.
- c) paciente com risco de vida, mesmo consciente, não pode se negar a tratamento médico, mas pode se negar a intervenção cirúrgica.
- d) são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os ébrios habituais, os viciados em tóxicos e os deficientes mentais.
- e) é válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte, não podendo ser revogada.

2) CETRO - Analista Administrativo - ANVISA (2013)

Sobre as pessoas, é correto afirmar que

- a) o nascituro tem resguardados seus direitos, logo tem personalidade.
- b) a tutela da dignidade da pessoa humana na sociedade da informação inclui o direito ao esquecimento.
- c) é vedada a disposição gratuita do próprio corpo com objetivos exclusivamente científicos.
- d) o paciente plenamente capaz poderá deliberar sobre todos os aspectos concernentes a tratamento médico que possa lhe causar risco de vida no curso de quaisquer procedimentos médicos.
- e) as associações não podem desenvolver atividade econômica.

3) CESPE - Procurador Federal - AGU (2010)

Considerando as características dos direitos da personalidade, julgue o item abaixo.

O titular de um direito da personalidade pode dispor desse direito, desde que o faça em caráter relativo.

- Certo
- Errado

4) CESPE - Auditor Federal de Controle Externo - TCU (2011)

Julgue o item seguinte, a respeito da disciplina do direito civil.

O nome é a designação que distingue a pessoa das demais e a individualiza no seio da sociedade. O Código Civil brasileiro tutela o nome, em razão do seu aspecto público, mas não o sobrenome, que se refere à ancestralidade, aspecto irrelevante para o direito.

- Certo
- Errado

5) INSTITUTO CIDADES - Defensor Público - DPGE - AM (2011)

Os direitos de personalidade ganham expressão no direito contemporâneo como consectário da afirmação histórica dos direitos humanos. Sobre esses direitos é correto afirmar:

- a) os direitos da personalidade são absolutamente indisponíveis, intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo seu exercício sofrer limitação voluntária.
- b) até mesmo o morto é titular desses direitos e, devidamente representado, tem legitimação para reclamar perdas e danos por violação dos seus direitos.
- c) somente a pessoa natural é titular desses direitos, podendo dispor do próprio corpo, vendendo órgãos ou membros dele, considerado o princípio da autonomia privada.
- d) o direito à intimidade da vida privada é inviolável, estando o juiz impedido de adotar medidas para impedir ou fazer cessar o ato de violação, resolvendo-se em perdas e danos.
- e) são atributos específicos da personalidade e seu titular não pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou intervenção cirúrgica.

6) FCC - Analista Judiciário - TRE - SP (2012)

João Cabral de Melo Neto é autor da grandiosa obra literária Morte e Vida Severina. Analisando o nome do autor, protegido pelo Código Civil brasileiro, o seu agnome é

- a) Neto.
- b) João, apenas.
- c) Cabral, apenas.
- d) João Cabral.
- e) de Melo.



7) CESPE - Promotor de Justiça - MP - PI (2012)

Com relação aos direitos da personalidade, assinale a opção correta.

- a) Ainda que provoque excepcional angústia em algum dos contratantes, o inadimplemento contratual não constitui argumento justificador de violação de direitos da personalidade.
- b) Segundo entendimento do STJ, havendo violação de direito da personalidade por meio de tortura em período de exceção, configura-se hipótese de pretensão indenizatória imprescritível.
- c) No Código Civil, adota-se a tese de que os direitos da personalidade são absolutamente indisponíveis.
- d) Conforme jurisprudência do STJ, a indenização por dano moral está sujeita à tarifação prevista na Lei de Imprensa.
- e) É vedada a cumulação, na mesma condenação, de indenizações por dano estético e dano moral.

8) FCC - Analista Judiciário - TST (2012)

Considere:

- I. Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.
II. O ato de disposição gratuita do próprio corpo, para depois da morte, é irrevogável se feito por instrumento público.
III. Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.

Está correto o que se afirma em

- a) I e III, apenas.
- b) I, II e III.
- c) II e III, apenas.
- d) I, apenas.
- e) II, apenas.

9) FCC – Analista Judiciário – TST (2012)

É correto afirmar que

- a) não existe hipótese de comoriência em nosso direito civil.
- b) os nascituros não têm direitos reconhecidos pela lei antes de seu nascimento com vida.
- c) todo ser humano pode exercer pessoalmente sua capacidade para os atos da vida civil, sem ressalvas.
- d) a morte presumida só será declarada, em nosso direito civil, com a decretação da ausência da pessoa.
- e) a existência da pessoa natural termina com a morte; presume-se esta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão definitiva.

10) CESPE – Analista Judiciário – TRE – MS (2013)

Maria, pessoa natural de nacionalidade brasileira, solteira, tem quinze anos de idade e mora com sua mãe, Francisca, sua representante legal. Maria foi gerada por meio de fecundação artificial feita a partir de trabalho experimental com embriões congelados.

Com referência a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- a) As informações contidas na hipótese em apreço não são suficientes para se precisar o estado político de Maria.
- b) O domicílio de Maria, denominado domicílio de origem, é o domicílio de sua mãe, Francisca.
- c) Embora o Código Civil resguarde tanto os direitos do nascituro quanto os direitos do embrião congelado, a personalidade civil da pessoa natural Maria começou apenas no momento em que ocorreu o corte do seu cordão umbilical.
- d) É possível que Maria seja emancipada; para tanto, será necessário que seus pais – por concessão de ambos ou de um deles na falta de outro – façam a emancipação voluntária parental, e que esta seja homologada por juiz de direito.
- e) Caso o nome de Maria venha a ser utilizado em um jornal, para fins de publicidade, à revelia de Francisca, sua representante legal, o jornal e o publicitário responsável pela propaganda estarão legalmente amparados em decorrência do princípio da publicidade, ainda que a peça publicitária que por

eles venha a ser produzida associe o nome de Maria a qualidades a ela inerentes, possibilitando sua identificação.

11) FCC - Agente Fiscal de Rendas - SEFAZ - SP (2013)

No tocante às pessoas naturais e jurídicas:

- a) A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado começa com o início efetivo de suas atividades civis ou empresariais.
- b) As autarquias, União, Estados e Municípios, bem como os partidos políticos, são pessoas jurídicas de direito público interno.
- c) As associações, as fundações, as organizações religiosas, os partidos políticos e as empresas individuais de responsabilidade limitada são pessoas jurídicas de direito privado.
- d) A personalidade civil da pessoa natural começa do nascimento com vida, evento a partir do qual serão protegidos também os direitos do nascituro.
- e) Somente as pessoas naturais possuem atributos da personalidade e, assim, apenas elas podem sofrer danos morais.

12) FCC - Analista Judiciário - TRE - AP (2011)

Terá legitimidade para reclamar perdas e danos a direito da personalidade de pessoa morta

- a) apenas o cônjuge sobrevivente.
- b) o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o segundo grau.
- c) apenas os descendentes e ascendentes até o segundo grau.
- d) o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau.
- e) o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o terceiro grau.

13) CESPE - Defensor Público - DPGE - TO (2013)

Acerca do Direito Civil, assinale a opção correta.

- a) O princípio da eticidade, paradigma do atual direito civil constitucional, funda-se no valor da pessoa humana como fonte de todos os demais valores, tendo por base a equidade, boa-fé, justa causa e demais critérios éticos, o que possibilita, por exemplo, a relativização do princípio do pacta sunt servanda, quando o contrato estabelecer vantagens exageradas para um contratante em detrimento do outro.
- b) Cláusulas gerais, princípios e conceitos jurídicos indeterminados são expressões que designam o mesmo instituto jurídico.
- c) A operacionalidade do direito civil está relacionada à solução de problemas abstratamente previstos, independentemente de sua expressão concreta e simplificada.
- d) Na elaboração do Código Civil de 2002, o legislador adotou os paradigmas da socialidade, eticidade e operacionalidade, repudiando a adoção de cláusulas gerais, princípios e conceitos jurídicos indeterminados.
- e) No Código Civil de 2002, o princípio da socialidade reflete a prevalência dos valores coletivos sobre os

individuais, razão pela qual o direito de propriedade individual, de matriz liberal, deve ceder lugar ao direito de propriedade coletiva, tal como preconizado no socialismo real.

14) FCC - Procurador da Assembleia Legislativa da Paraíba – AL-PB (2013)

No tocante aos direitos da personalidade,

- a) a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte, com objetivo científico ou altruístico, uma vez formalizada é ato irrevogável e irretratável.
- b) em nenhuma hipótese é possível o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.
- c) em se tratando de morto, terá legitimação para demandar perdas e danos, bem como outras medidas visando a fazer cessar ameaça ou lesão a direitos da personalidade, o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau.
- d) ninguém pode negar-se a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica, mesmo que esteja correndo risco de morte.
- e) o pseudônimo adotado para atividades lícitas, embora de livre escolha do indivíduo, não goza da proteção que se dá ao nome.

15) Comissão Examinadora – Juiz Federal – 4ª Região (2012)

Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

I. Nome é um direito personalíssimo e, em princípio, é inalterável e imutável, salvo as exceções em lei, sendo possível a supressão de um patronímico pelo casamento, desde que não haja prejuízo à ancestralidade nem à sociedade.

II. Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos de personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

III. Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo quando importar diminuição permanente da integridade física ou contrariar os bons costumes.

IV. É anulável o negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com aquele tratou.

V. No caso de pessoas públicas, o âmbito de proteção dos direitos da personalidade se vê diminuído, sendo admitida, em tese, a divulgação de informações aptas a formar o juízo crítico dos eleitores sobre o caráter do candidato.

- a) Está correta apenas a assertiva V.
- b) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- c) Estão corretas apenas as assertivas I, III, e IV.
- d) Estão corretas apenas as assertivas II, III e V.
- e) Estão corretas todas as assertivas.

16) FCC - Procurador do Tribunal de Contas de Rondônia - TCE - RO (2010)

Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O ordenamento pátrio admite a concorrência de culpas na esfera cível.
- b) A indenização mede-se pela extensão do dano, podendo o juiz reduzi-la equitativamente se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano.
- c) O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não se transmitem com a herança, extinguindo-se a última com a morte do lesante.
- d) São cumuláveis as indenizações material e moral.
- e) O dano estético tem sido admitido autonomamente ao dano moral, dizendo respeito às lesões à integridade física da vítima.

17) CESPE - Defensor Público - DPGE - DF (2013)

Em relação a direito de família e sucessões, julgue o item subsequente.

O espólio tem legitimidade para postular indenização pelos danos materiais e morais experimentados pelos herdeiros, inclusive sob a alegação de que os referidos danos teriam decorrido de erro médico de que fora vítima o falecido.

- () Certo
- () Errado

18) FCC - Analista Legislativo - Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte - ALERN (2013)

Os direitos da personalidade

- a) admitem a transmissão.
- b) admitem a renúncia.
- c) possuem caráter absoluto.
- d) podem ter seu exercício limitado voluntariamente.
- e) não são oponíveis erga omnes.

19) FUNDATEC - Agente Profissional - CREA - PR (2010)

O Código Civil regula os Direitos da Personalidade, nos seus artigos 11 a 21. De acordo com o disposto nesse código, é incorreto afirmar que:

- a) São exclusivos da pessoa natural.
- b) De regra, são intransmissíveis e irrenunciáveis.
- c) Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendido o nome e o prenome.
- d) O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que o exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória.

e) Sem autorização, não se pode utilizar o nome alheio em propaganda comercial.

20) CESPE - Analista Administrativo - TCE - ES (2013)

A respeito dos direitos de personalidade, assinale a opção correta.

- a) É admissível a limitação voluntária ao exercício dos direitos da personalidade, ainda que seja em caráter absoluto e geral.
- b) Independentemente da existência ou não de sequelas permanentes, a violação à integridade física é suficiente para a caracterização do dano estético.
- c) No caso de pessoa pública, o uso não autorizado da sua imagem, com fins exclusivamente econômicos e publicitários, não gera danos morais.
- d) Em se tratando de morto, não terá legitimação para demandar perdas e danos, bem como outras medidas visando fazer cessar ameaça ou lesão a direitos da personalidade, o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau.
- e) O pseudônimo do autor de obra artística, literária ou científica não goza de proteção, por falta de previsão legal, já que, de regra, não consta do registro civil da pessoa.

21) FGV - Assistente Técnico Judiciário - TJ - AM (2013)

Considerando a disciplina dos direitos da personalidade, analise as afirmativas a seguir.

- I. O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.
- II. O ato de disposição gratuita do próprio corpo, para depois da morte, pode ser revogado a qualquer tempo.
- III. Não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial sem autorização.

Assinale:

- a) se somente a afirmativa II estiver correta.
- b) se somente a afirmativa III estiver correta.
- c) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- d) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

22) FCC - Técnico Judiciário - TJ - PE (2012)

Marcelo, solteiro, faleceu em um acidente de carro. De acordo com o Código Civil brasileiro, terá legitimidade para exigir que cesse ameaça, ou lesão, a direito da personalidade de Marcelo e reclamar perdas e danos qualquer parente em linha reta

- a) ou colateral até o segundo grau.
- b) ou colateral até o terceiro grau.
- c) ou colateral até o quarto grau.

- d) até o quarto grau, apenas.
- e) até o terceiro grau, apenas.

23) FCC - Analista Judiciário - TJ - PE (2012)

Vitor, casado com Vitória, pai de João (17 anos de idade) e de Gustavo (30 anos de idade), cardíaco, procurou ajuda médica e lhe foi recomendada uma internação cirúrgica de alto risco de vida. Vitor decidiu não se operar, mesmo tendo consciência de que poderá morrer a qualquer minuto em razão da doença. Neste caso, de acordo com o Código Civil brasileiro,

- a) apenas João e Gustavo, na qualidade de descendentes, possuem legitimidade para constranger Vitor a submeter-se a intervenção cirúrgica.
- b) apenas Vitória, na qualidade de esposa, possui legitimidade para constranger Vitor a submeter-se a intervenção cirúrgica.
- c) Vitor não pode ser constrangido a submeter-se a intervenção cirúrgica.
- d) tanto Vitória como João e Gustavo possuem legitimidade para constranger Vitor a submeter-se a intervenção cirúrgica.
- e) apenas Gustavo, na qualidade de descendente capaz, possui legitimidade para constranger Vitor a submeter-se a intervenção cirúrgica.

24) CETRO - Procurador da Prefeitura do Município de Campinas (2012)

Em relação aos direitos da personalidade, assinale a alternativa incorreta.

- a) Sem autorização, não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial.
- b) Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo quando importar em diminuição permanente da integridade física ou contrariar os bons costumes.
- c) Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou à intervenção cirúrgica.
- d) A vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, a requerimento do interessado, adotará as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a essa norma.
- e) Não é válida, com objetivo científico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.

25) CESPE - Analista Judiciário - STF (2013)

Acerca das pessoas naturais, julgue o próximo item.

É característica dos direitos da personalidade a sua oponibilidade erga omnes.

- () Certo
- () Errado

26) FEPESE - Analista Técnico - DPGE - SC (2013)

Assinale a alternativa correta de acordo com o Código Civil brasileiro.

- a) Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome, sobrenome e pseudônimo.
- b) O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória.
- c) O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome, exceto quanto a sua utilização em publicações comerciais.
- d) É facultada a utilização de nome alheio em propaganda comercial, desde que não haja exposição de sua honra.
- e) Violado direito personalíssimo do morto, a legitimação para requerer a medida projetiva é exclusiva do cônjuge sobrevivente.

27) CESPE - Analista Administrativo - ANAC (2012)

Com base no Código Civil, julgue o item a seguir, a respeito de personalidade civil, capacidade jurídica e direitos da personalidade.

Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

- () Certo
- () Errado

28) CESPE - Analista Administrativo - ANAC (2012)

Com base no Código Civil, julgue o item a seguir, a respeito de personalidade civil, capacidade jurídica e direitos da personalidade.

É possível a intervenção judicial visando a cessação de ameaça ou lesão a direito da personalidade ou mesmo visando a reclamação de perdas e danos.

- () Certo
- () Errado

29) CESPE - Analista Administrativo - ANAC (2012)

Com base no Código Civil, julgue o item a seguir, a respeito de personalidade civil, capacidade jurídica e direitos da personalidade.

Alguns direitos da personalidade de pessoa morta, como o nome, podem sofrer ameaça ou lesão.

- Certo
 Errado

30) FCC - Analista Judiciário - TRT - 2ª Região (2014)

No jornal da Capital "Semanário da Zona Leste", foram publicadas em editorial denúncias graves contra o restaurante "Alho e Óleo", afirmando sua falta de condições sanitárias, em razão das quais seu movimento de clientes caiu por volta de 50%. Meses mais tarde, prova-se que as denúncias eram falsas, mas parte da clientela jamais retornou. Nessas circunstâncias, poderá o advogado do restaurante, ao acionar o jornal,

- a) pleitear apenas danos materiais, pois os danos morais são cabíveis exclusivamente às pessoas naturais ou físicas, inexistindo atributos da personalidade às pessoas jurídicas nesse sentido.
- b) pleitear tanto danos materiais, pelo que o restaurante deixou de lucrar, como danos morais, pois pessoas jurídicas também possuem atributos da personalidade e, no caso, foi lesada sua honra objetiva.
- c) pleitear apenas danos morais, pela lesão à honra objetiva da pessoa jurídica, que, no caso, englobam os danos materiais, não podendo ser cumulados.
- d) pleitear danos materiais por lucros cessantes e por danos emergentes, bem como danos morais por lesão à honra objetiva e subjetiva da pessoa jurídica.
- e) nada poderá fazer, judicialmente, pois o direito de crítica jornalística é amplo, não respondendo o jornal pela falsidade posteriormente verificada da notícia que fez veicular, ainda que em editorial que explicita seu posicionamento sobre a matéria.



Direito Civil

Direitos da Personalidade

Período: 2010 - 2016

Gabarito

1 B	2 B	3 CERTO	4 ERRADO	5 E
6 A	7 B	8 A	9 E	10 B
11 C	12 D	13 A	14 C	15 E
16 C	17 ERRADO	18 C	19 A	20 B
21 E	22 C	23 C	24 E	25 CERTO
26 B	27 CERTO	28 CERTO	29 CERTO	30 B